

Tudo começou com a indicação do meu nome para regeir a cadeira de Sociologia, da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da UFRJ, com a aposentadoria do Prof. Hildebrando Leal. A Professora Adjunta, sem nenhum concurso prestado, nem título de docente livre, não se conformou e recorreu para o Conselho Universitário, depois de haver pedido reconsideração à própria Congregação. Em resumo: fui indicado duas vezes pelo Departamento de Ciências Sociais, sob a presidência, em 1966, do Prof. Jorge Kingston, conhecido anti-comunista; duas vezes pela Congregação, sendo que, na segunda, por unanimidade, em 13/3/67 (com 30 votos, inclusive do Prof. Eremílido Viana).

A Profa. perdeu duas vezes no Conselho Universitário, em meio e setembro de 1966, sendo que, na primeira, por unanimidade. Impetrando mandado de segurança, perdeu também duas vezes, em dois mandados diferentes, perante a 1a. Vara Federal (Juiz Evandro Guieros Leite) e a 2a. (Juiz Jorge Lafayetto). Recorreu para Brasília, e voltou a perder em 18 de dezembro de 1968 (Tribunal Federal de Recursos), sem que eu tenha constituído advogado, deixando correr o feito à revelia.

Disse, então, a referida Professora a várias pessoas que haveria de se vingar, e para isso dispunha de outros meios. Denunciou-me como subversivo ao CENTMAR e ao Serviço de Segurança do MEC. O CENTMAR prendeu ^{meu} irmão, de igual nome, soltando-o 24 horas depois (20/21 de dezembro). Convocado a prestar declarações, facilmente foram desfeitas as acusações, provando ou que era inocente, nada podendo haver contra mim. Nunca participei de qualquer passeata, nem assinei manifesto de espécie alguma, nunca participei de programas de reforma universitária, nem agiteiço de qualquer modalidade.

Fui ouvido no CENTMAR em 26 de dezembro de 1968.

Em setembro de 1968, solicitei demissão de professor ~~contratado~~ do Instituto de Filosofia, sendo disso testemunhas os Profs. Artur Cesar Ferreira Reis e Eremílido Viana, a quem vistei e com quem conversei na Rádio do MEC. A demissão me foi negada, sob o argumento da proximidade do fim do ano e dos exames e provas. A 3 de março

do contento pedi demissão em caráter irrevogável, e meca mais voltei ao Instituto.

Não aposentado na reunião dos 44 professores de 25 de abril último, exacerbar-se os meus inícios, fazendo distribuir um manifesto altamente insultuoso na Faculdade do Direito, da qual sou catedático por concurso público de títulos e provas, desde dezembro de 1957. Assinavam o manifesto os movimentos ALA e MPC Branca. Vinham ali atacados cinco professores, com palavras grosseiras e ate de baixo calão. Entre eles, como não podia deixar de ser, num propósito consciente e dirigido, encontrava-me o meu nome, em parágrafo especial. Com 20 anos de ensino, desde o primeiro contrato, como auxiliar do Ensino, no ano de 1949, nunca havia sido desrespeitado nem ofendido por alunos. Revidei ^{mai} em aula de 7 de ~~julho~~ ultimo, com voz enfática, verborizando a infâmia e as calúnias que me eram associadas. Os outros professores calaram. Encontrava-se na aula uma aluna, do turno matutino, mas que só assistia às minhas aulas, notabilmente ligada aqueles movimentos, e repetente.

No Conselho Departamental, origini o Prof. Pedro Palmeira a abertura de inquérito para que fosse apurada a autoria, ou polos mesmos a responsabilidade da distribuição do manifesto. Cinco professores do Conselho Departamental, constituido de novo, eram atendidos: Pedro Calmon, Fernanda de Souza, Evaristo de Moraes Jr., Vendick da Nóbrega e Oscar Stevenson. O Diretor, Prof. Ferreira de Souza, indicou o Livre Docente, Prof. Celso Guedes Pinto, por já haver presidido duas outras comissões, no tempo do Diretor Mário Gomes, com excellentes resultados. Foram ouvidos alguns alunos sem discriminação partidária, inclusive, como é óbvio, os mais ligados aqueles movimentos assinalados no manifesto. Nada se apurou.

Aparte do que se diz em contrário, atestou o Diretor da Faculdade, em resposta a requisitório oficial: 1º) que o pedido de abertura de inquérito partiu do Prof. Palmeira; 2º) que a indicação do Prof. Guedes, para presidi-lo, fora sócio próprio, Diretor; 3º) que não foram ouvidos abertamente estudantes anti-comunistas, e sim todos os que pudessem dar qualquer informação; 4º) que não foram ditas em

anula as palestras que me são atribuídas, tendo havido má fé na pessoas que as veiculou; 5º) que, ao contrário do que alega, o Prof. Guedes não inocentara nenhuma aluna comunista em inquérito anterior; antes, a incriminara diretamente; 6º) também, ao contrário do que se alega, o Prof. Guedes não fôra pressionado, conforme certa que endereçou ao Diretor.

Todas essas informações foram encaminhadas ao Serviço de Segurança do MEC, não ficando de pé nenhuma das acusações.

Surpreendentemente, a 13 de junho último, às 8 horas da manhã, fui preso em casa, por ordem do 1º Exército e mantido incomunicável por 7 dias. Com 54 anos de idade, já aposentado no MTPS, depois de mais 30 anos de serviço, dos quais 25 como Procurador da Justiça do Trabalho, com assentamentos elogiosos e ficha limpíssima; professor há mais de 15 anos, nunca sofri nem passei em minha vida por vexame igual. Nunca participei de qualquer agitação na Faculdade, sendo professor rigoroso com os alunos e não faltando as aulas.

Sem nunca ter sido ouvido, só a vingança pessoal pode ser capaz de explicar tudo isso, verdadeiro pesadelo.

Todos os colegados a que pertenço manifestaram-se unânime-mente a meu favor: Conselho de Pesquisa e Ensino para Graduados, da UFRJ; Ordem dos Advogados Brasileiros, que se manteve em sessão permanente; Congregação da Faculdade; Comissão Permanente de Direito Social, do Gabinete do Min. Jardas Passarinho, que se encontrava ausente em Genebra, tendo o seu Chefe de Gabinete, Coronel Barreira telefonado duas vezes para a minha família.

Com a forte documentação, aqui juntada, provo que nunca fui comunista. Usônico desde 1945, fui colega de escritório do Dr. Prado Kelly, de 1951 a 1958. Sou amigo pessoal dos Drs. Bilac Pinto, Adauto Cardoso, Temistocles Cavalcanti, Adonias Filho, José Barreto Filho (Presidente do Conselho Federal de Educação), Artur Cesar Ferreira Reis (Presidente do Conselho Federal de Cultura), Alomar Barreiro, Oswaldo Trigueiro, Luiz Viana Filho, Antônio Dias Leite, Hélio Beltrão (meu colega de turma), Magalhães Pinto, todos em cargos de eminência na Revolução. Inimigo pessoal do antigo Presidente Jo-

do Goulart e dessa gente, foi por êles perseguido, por haver sido Presidente da Comissão de Sindicância do antigo IAPP, em 1961, tendo como col. ga. de Comissão o Ten.-Coronel Antônio Carlos de Andrade Sampaio, hoje General e servindo em Jundiaí. Condecorado duas vezes pela Revolução, uma, ao tempo do Presidente Castelo Branco; da Comissão Permanente de Direito Social, do Gabinete do Min. Jarbas Passarinho, ainda agora deu parecer duas vezes, em questões da ordem do dia de 53a. Conferência Internacional do Trabalho (Genebra, junho).

Quando da sindicância, levada a efeito na Faculdade, pelo Coronel Renato Rocha, nada, absolutamente nada, foi apurado contra mim, isto logo depois de abril de 1964. Daí surgiram vários IPTIS. Convoque-se este inquérito.

Foram meus alunos, no ano passado (1968), dois militares, que poderão prestar depoimentos desinteressados e objetivos, não apaixonados nem suspeitos, sobre as minhas aulas: Major Crysôgono Cavalcante Silva e Paulo Roberto Brasileiro Nascimento (da Marinha ou da Aeronáutica).

A única coisa que desejo e pleiteio é ter acesso às fontes de informação e às autoridades do 1º Exército, para poder destruir as infâmias e calúnias dos meus detratores. Duvido que me exista gravação das palavras que me foram atribuídas na aula do dia 7. Podem ser ouvidos todos os meus colegas de todos os colegiados a que pertence, todos os meus alunos, inclusive, como é óbvio, o Magfco. Reitor, o Diretor da Faculdade e o Diretor do Instituto, Prof. Eduardo Prado Mendonça.

O que me preocupa, volto a repetir, é unicamente limpar o meu nome, nesta altura da vida, da pecha e da calúnia de commis-
ta, nada mais. O resto não importa.

V.A. — 6 Geminan, que ueber n'gral
ípho, m'da agun comha min, segin de
nigroa delosa. 11/17/69. Naik d'j